

DIVERSIDADE SEXUAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Saionara Corina Pussenti Coelho Moreira¹; Izadora Martins da Silva de Souza²; Nikolas Bigler³; Jonas Alves Junior⁴.

1. Discente do Curso de Pedagogia UFRRJ/IM, bolsista PROIC UFRRJ/IM; 2. Discente do Curso de Pedagogia UFRRJ/IM, bolsista de IC CAPES/OBEDUC; 3. Discente do Curso de Pedagogia UFRRJ/IM, bolsista PIBIC UFRRJ/IM; 4. Professor Doutor do Departamento de Educação e Sociedade do Instituto Multidisciplinar.

Palavras-chave: Diversidade sexual; política pública; educação.

Introdução

No Brasil, a partir dos anos 1980 intensificam-se as discussões sobre a homossexualidade nos espaços sociais e, sobre tudo, nas instituições escolares. São de extrema importância as discussões no âmbito desse tema que envolva questões de identidade e gênero, de forma que ações dentro do espaço escolar possam ser ampliadas e também ter um pouco mais de receptividade. Para Guacira Lopes Louro ainda existe um debate, em curso a partir de diferentes posições teórico-metodológicas e de uma multiplicidade de encaminhamentos, proposições e limites (LOURO, 2004a: 110-127). O presente trabalho tem como objetivo apresentar os resultados de uma pesquisa em andamento, onde o foco principal é problematizar de que forma as questões de gênero e diversidade sexual estão sendo trabalhadas dentro do espaço escolar.

Metodologia

Para atender os objetivos dessa pesquisa, foi realizado um estudo qualitativo e foram aplicadas as entrevistas semiestruturada a professores da rede pública de ensino que são alunas do curso de Pedagogia da UFRRJ - Instituto Multidisciplinar – Campus Nova Iguaçu, onde elencamos perguntas que vão de encontro às questões sobre sexualidade e educação sexual, as entrevistas demandam, em média 30 minutos para serem totalmente preenchidas e atendendo a propósitos éticos em nenhuma hipóteses o nome dos entrevistados foram/serão divulgados. As questões foram analisadas, e a partir dessas respostas foram elaborados pontos de reflexões que elucidaram as pesquisas, dando continuidade as discussões propostas.

Resultados e Discussões

No ano de 2006 a Secad/MEC formatou um projeto 'Formação de Profissionais da Educação para a Cidadania e Diversidade Sexual', realizado em 2005, e nessa nova edição pretendia a qualificação dos profissionais para a promoção da cultura de reconhecimento da diversidade sexual e de gênero e o combate à homofobia. O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) PNPM foi elaborado por força do Decreto Presidencial de 15 de julho de 2004, o qual instituiu um Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de elaborar o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres de acordo com as prioridades do planejamento governamental e as diretrizes oferecidas pela I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres e o Programa Brasil sem Homofobia (BSH) O BSH foi formulado pelo Conselho Nacional de Combate à Discriminação, cuja competência legal foi estabelecida pelo Decreto nº 3.952, de 4 de outubro de 2001, posteriormente aprimorado pelo Decreto 5.397, de 22 de março de 2005. O Ministério da Educação elaborou e assinou o BSH juntamente com os Ministérios da Justiça, Saúde, Cultura, Trabalho e Emprego, Relações Exteriores e as Secretarias Especiais dos Direitos Humanos, Políticas para Mulheres e de Promoção da Igualdade Racial, além de representantes do movimento LGBT. Para cujas formulações o Ministério da Educação e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos tem feito parcerias como signatários, com o objetivo de fomentar políticas e empreender ações concretas para o reconhecimento da diversidade sexual e de gênero e promover a igualdade social. Partindo desses pressupostos é que surgiram as questões que nortearam os resultados pretendidos da pesquisa. Vejamos então algumas questões:

Como a questão de gênero e da diversidade sexual está sendo inserida nos programas e nas mediações de ensino desses professores/as, como processo interativo para o diálogo diário aluno/a e professor/a em sala de aula?

Como a produção e circulação de conteúdos não discriminatórios e não estereotipados estão sendo manipulados pelos professores nos espaços escolares? Com base nesses questionamentos, e nas respostas dos entrevistados (Entrevista Semiestruturada) confrontamos com os referenciais teóricos que fundamentaram essa pesquisa, e que encontramos no livro cujo nome é “Diferenças e Preconceito na Escola: Alternativas Teóricas e Práticas,” organizado por Julio Groppa Aquino (1998).

Conclusões

No decorrer das pesquisas, podemos constatar que os professores precisam urgentemente ser capacitados e orientados para tratar das questões de gênero que surgem na sala de aula e de uma forma maior, em todo o ambiente escolar, sem descartar a ideia que esse assunto é para além dos muros da escola, envolvem também a família. Através de dados coletados e das reflexões teóricas, é notório que há um preconceito muito grande em relação às Políticas Públicas voltadas para essa questão, e sabemos que é de incumbência da escola criar condições e estratégias para que alunos homossexuais tenham liberdade de expressão e se sintam seguros no ambiente escolar, sem medo de agressões tanto físicas como morais. E para que isso aconteça é preciso que os professores sejam preparados para mediar a troca de saberes e diálogos que envolvam tais questões. Isto para a escola se torna um desafio, pois faltam Políticas Públicas que possam dar ênfase e suporte, para que, ações e práticas sejam desenvolvidas no espaço escolar. Cabe a nós envolvidos nessa dinâmica dentro da Universidade, buscar formas que vão mudar tais ações, como forma de conscientização dos professores que estão inseridos dentro da Universidade e também aqueles que estão se preparando para entrar na área da Educação, levando com eles para o espaço escolar um olhar diferente, um olhar que vai assumir uma atitude disposta ao diálogo e a apropriação do conhecimento no assunto em questão.

Referências Bibliográficas

AQUINO, Julio Groppa (org.). **Diferenças e Preconceito na Escola: Alternativas Teóricas e Práticas**. São Paulo: Summus, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental, v. 10.5. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Brasil sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2004a (1. ed.: 1997).

